

## Crise de Governança da Segurança na América Latina

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira<sup>1</sup>

Os atuais problemas políticos da América Latina na área de segurança se devem a não conclusão de três processos de transição nos sistemas de poder nacional, regional e hemisférico. Essa fragilidade impede uma governança de segurança estável e amplifica os conflitos latentes entre as nações da região.

Primeiro, as nações da região sofrem de democracias frágeis, limitadas por processos de transição democráticos inconclusos. Como o sucesso da ação coletiva regional depende da compatibilidade de valores básicos e democráticos entre as nações nele envolvidas (Deutsch, 1957), a existência de regimes semidemocráticos de tipos variados e a constatação de que a democracia não está plenamente consolidada na região torna-se um fator inibidor central para garantir um processo efetivo de tomadas de decisão regional.

Segundo, a concentração excessiva de poderes nas mãos do executivo e da figura do presidente impede o *empowerment* ou delegação de autoridade dos estados nacionais para as instituições regionais, permitindo que essas cumpram suas funções de enfrentar e solucionar os problemas de segurança das nações sul americanas. Em mais de um estado latino-americano a figura do presidente é imperial e, em muitos casos, procura se abrigar à margem da lei para dobrar tanto o legislativo quanto o judiciário e impor um estilo caudilhesco.

Terceiro, o sistema global e hemisférico passa por um processo de redefinição do poder e da atuação dos EUA. Regionalmente os EUA aumentaram sua presença na Colômbia, enquanto que o Brasil busca uma posição clara de liderança regional e global que reduza a influência Norte americana e articule a governança de segurança na região via instituições tipo UNASUL e Conselho Sul americano de Defesa. Paralelo a isso, a Venezuela de Chávez emerge como um pólo de desafio a ação das duas potências.

\* \* \*

O primeiro e maior problema para o desenvolvimento de um regime de segurança regional capaz de responder às necessidades de governança está na inconclusa transição dos países latino-americanos para um regime político democrático moderno. Em praticamente todos os países do cone sul, da região Andina e do Caribe o estado nacional não é republicano, nem as instituições políticas possuem o grau de estabilidade necessário para garantir uma tranqüila continuidade democrática e a delegação de

---

<sup>1</sup> PhD em Government pela University of Essex, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, onde Coordena o Núcleo de Estudos Americanos - NEA. Este artigo contou com a colaboração de Deywisson Ronaldo Oliveira de Souza, Graduando em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais na UFPE, estagiário do Núcleo de Estudos Americanos-NEA/UFPE, e aluno-membro do Grupo de Pesquisa do CNPq, *O Brasil e as Américas*.

autoridade para instituições regionais. Aqueles que afirmam que a democracia na região esta consolidada, confundem liberdade com democracia e interesses de governo com o Estado. É incontestável a existência de liberdades políticas e de instituições democráticas na maioria desses países, contudo a fragilidade e mesmo submissão dessas instituições frente aos interesses aristocráticos tradicionais, corporativos e burocráticos, bem como a ideologias neopopulistas autoritárias reforçam essa fragilidade e impedem a transição para uma democracia republicana.

Não podemos esquecer que temos um rico acervo de exemplos na América Latina de como a fragilidade das instituições democráticas cria um ambiente propício ao autoritarismo, a violência e a anarquia doméstica. Casos de retrocesso democrático como na Venezuela e de estados falidos como o Haiti ou em estado de falência como Honduras ou Bolívia são exemplos que indicam a gravidade da crise democrática nos estados nacionais da região.

O caso do Haiti tem se destacado devido ao longo período em que vive numa situação de caos político e social. A gravidade de seus problemas reflete uma herança histórica, caracterizada por regimes autoritários, golpes de estado e corrupção. Em 1957, ocorreu o golpe de estado do então presidente François Duvalier (Papa Doc), que ficou no poder até 1971, quando foi substituído pelo seu filho o Jean-Claude Duvalier (Baby Doc), nomeado presidente vitalício. A ditadura dos Duvalier teve fim em 1986 quando a sociedade civil reagiu contra o autoritarismo e forçou o Presidente a abandonar o país. As primeiras eleições democráticas se realizaram em 1990, levando a Presidência o ex-pai Jean-Bertrand Aristide. No entanto, aconteceu, mais um golpe militar em 1991, encabeçado pelo General Raul Cedras. Uma força tarefa dos Estados Unidos, em 1994, apoiada pela OEA e por outros países da região recolocou o Presidente Aristide no poder. A operação da tropa conjunta de vários países da região liderada pelos americanos foi posteriormente substituída por uma força de paz gerenciada pela ONU.

Em meio a esse clima, foram realizadas as eleições presidenciais de 1996 e em 2000. A crise atual tem origem justamente nesse processo, que foi visto pela oposição e por setores da sociedade como irregular. Preocupada com a crise política que havia se instalado no país devido às irregularidades identificadas no processo eleitoral, a OEA passou a tratar do tema da Crise no Haiti, com vistas a apaziguar o ambiente e a propor soluções que atendessem a demanda da sociedade haitiana. Esse processo foi conduzido por meio de uma missão especial da OEA, auxiliada pela Comunidade do Caribe (CARICOM), que teve uma co-participação na Missão, ainda respaldada no apoio da Convergência Democrática, uma coalizão de diversos partidos da oposição.

Via-se já o ápice da crise quando em 2003 um grupo paramilitar revolucionário começou a atuar na região que fazia fronteira com a República Dominicana, conseguindo, no início de 2004, dominar varias cidades do norte do país. Uma delas foi Cabo Haitiano, a segunda maior, com 500 mil habitantes, onde reinou a violência os saques e os roubos, devido à fuga dos policiais<sup>2</sup>. As forças opositoristas propuseram aos mediadores internacionais um plano pra acabar com a crise no país, através da

---

<sup>2</sup> Folha de S. Paulo, “Opositores atacam e, em seguida, deixam a segunda cidade do Haiti”, 23/02/2004, disponível em :

[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=36342](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=36342)

renúncia do Presidente. Essa foi uma alternativa à proposta apresentada pelos representantes dos EUA, França, Canadá e OEA, e que mantinha Aristide na Presidência, mas nomeava um novo primeiro-ministro, que assumiria o governo até as eleições em 2006<sup>3</sup>.

Em meio a uma rebelião iminente e ao apelo dos EUA e da França, no dia 29 de fevereiro de 2004 o Presidente Jean-Bertrand Aristide renuncia ao cargo, deixando-o para Boniface Alexandre, o presidente da Suprema Corte<sup>4</sup>.

O caso do Haiti se repete de formas variadas pela região revelando um Estado submetido a interesses particulares e autoritários que procuram se apresentar sob o manto da lei e mesmo de “reformas democráticas” para possibilitar um terceiro mandato presidencial.

Nos países da região onde o Estado possui certa capacidade de resposta e ação, desde o início do século XXI, o processo de retrocesso da democracia é, em parte, caracterizado por um discurso embasado em argumentos de legitimidade, na forma de plebiscitos e referendos. Essas consultas à nação têm legitimado esses processos que na realidade denotam a permanência de uma mentalidade política personalista e autoritária, influenciada pela cultura política tradicional e pelos contextos histórico-sociais da região. Parte importante do eleitorado atua em conformidade com elementos subjacentes aos costumes que foram moldados em um espaço de autoritarismo político, populismo e pelo crescente assistencialismo. Neste quadro crescem as tentativas dos presidentes de permanecerem no poder bem como a pressão arbitrária sobre a imprensa e intelectualidade.

As reformas nas constituições dos países latino-americanos para permitirem a reeleição tiveram início no fim dos anos 80, mas têm se intensificado nos últimos anos. Essas práticas reforçam a idéia de “que na América Latina existe um hardware da democracia, que esbarra num software do autoritarismo” (Harrison 2002:32). Por isso não é de admirar que 54% dos votos no referendo que autorizou a reeleição ilimitada para alguns cargos públicos, entre eles o de presidente na Venezuela, tenham sido a favor da proposta, nem que o referendo de 2008 no Equador, cuja finalidade era uma reforma constitucional que incluía a reeleição, tenha sido também aprovado com 64% dos votos. Essa onda de reformas constitucionais cujo objetivo principal é permitir a reeleição dos presidentes continua se propagando, alcançando a Colômbia, onde o legislativo aprovou a possibilidade do terceiro mandato de Álvaro Uribe e tendo sido o estopim da grave crise em Honduras envolvendo o presidente Manuel Zelaya.

Hugo Chávez é o idealizador do processo de retrocesso democrático na região. Ele estreou no cenário nacional da Venezuela em 1992 quando protagonizou um golpe de Estado contra o governo de Carlos Andrés Pérez. Elegeu-se presidente em 1998 e desde então permanece no poder. O retrocesso aos tempos do autoritarismo é sentido em

---

<sup>3</sup> Folha de S. Paulo, “**Oposição impõe data para saída de Aristide**”, 23/02/2004, disponível em : [http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=36467](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=36467)

<sup>4</sup> Folha de S. Paulo, “**Aristide foge; força internacional chega**”, 01/03/2004, disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=37195](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=37195).

vários níveis da estrutura social, sendo a perda gradativa da liberdade de expressão e imprensa uma tendência no caso venezuelano. Em 2007, o governo de Chávez não renovou o contrato de licença da maior rede de televisão do país, a RCTV, acusando-a de ter apoiado em 2002 o golpe fracassado contra o governo. Depois desse episódio, a repressão se concentrou na Rede Globovisión, que é a única emissora de oposição que ainda funciona legalmente. Os acontecimentos recentes mostram a real situação da liberdade na Venezuela. A censura feita ao escritor peruano Mario Vargas Llosa, durante sua estadia no país e os ataques feitos por um grupo ligado ao governo chavista a Globovisión, levaram a OEA (Organização dos Estados Americanos) a enviar uma carta demonstrando repúdio aos fatos e preocupação com a liberdade de opinião no país. A carta foi enviada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da OEA, pedia investigação dos ataques e criticava as medidas tomadas pelo governo, entendidas como cerceadoras da liberdade de expressão e da opinião pública, que contrariavam a Convenção Americana dos Direitos Humanos.

As restrições impostas pelo governo da região à mídia não se restringem a Venezuela. Recentemente houve uma invasão de 200 fiscais da Receita Federal no maior grupo de comunicação da Argentina, o Clarín. Existe uma rusga entre o grupo de comunicação e o Governo Kirchner que vem se intensificando com as crescentes denúncias de corrupção no governo e de enriquecimento ilícito do casal Cristina e Néstor Kirchner. A presidência da Argentina encaminhou um projeto de lei para o legislativo que visa a reformulação da lei de radiodifusão, vista como um instrumento de controle sobre a imprensa nacional. Essa tendência de cerceamento das liberdades de imprensa e opinião vem se intensificando em vários países. Equador, Nicarágua, Bolívia, seguem o mesmo caminho.

O recente golpe em Honduras deixa mais evidente a situação precária e de estagnação da transição democrática na região. Mais uma vez, temos a fragilidade das instituições democráticas como o elemento propulsor de uma crise política e um golpe de Estado. No caso hondurenho, um desentendimento interno entre as forças civis não pode ser resolvido pelos canais democráticos institucionais. Havia um vazio institucional que não permitiu a solução das discordâncias entre o Presidente e os grupos de oposição. A tentativa de fazer uma consulta popular com a finalidade de reformar a constituição e permitir a reeleição foi considerada ilegal pelo Tribunal Supremo Eleitoral. A insistência unilateral do presidente em realizar a consulta, assim como sua posterior deposição, revelaram as raízes autoritárias de um estado aristocrático e frágil. Como consequência dessa fraqueza democrática e institucional, o exército depôs o Presidente Manuel Zelaya e se produziu uma crise de consequências incalculáveis.

Este quadro fica mais preocupante quando consideramos que mesmo no Chile, Brasil e Argentina, onde existem regras e instituições funcionando, o déficit republicano e democrático continua a existir. Um dos impedimentos ao aprimoramento político-institucional da região tem sido o surgimento do chamado neopopulismo, tanto na sua versão *light*, mas principalmente na sua versão autoritária e estatista. No que diz respeito à versão *light* pode-se claramente perceber que apesar de avanços pontuais no Brasil e na Argentina, ocorreu, em geral, o abandono ao debate acerca do aprimoramento das instituições do Estado, o que denota a fraqueza das instituições democráticas em não permitir um ambiente propício ao seu auto-aprimoramento e a sua expansão para todas as áreas da vida social e política.

Nem mesmo o retorno do crescimento econômico em taxas acima de cinco por cento e a ampliação das classes médias fizeram com que o debate institucional democrático voltasse ao centro das preocupações políticas. Pelo contrário, tais mudanças estão sendo colocadas a serviço do discurso neopopulista para negar a necessidade do aperfeiçoamento institucional. Na verdade, este discurso tem reduzido a idéia de democracia à mera ascensão econômica das classes subalternas e, em última análise, a ações assistencialistas dos governos nacionais. Dificilmente teremos mudanças se o discurso neopopulista continuar legitimado pela maioria do eleitorado.

\* \* \*

A questão do *empowerment*, ou delegação de autoridade dos estados nacionais e governos para as instituições regionais, é o segundo grande problema para uma governança regional.

O abandono do aprimoramento institucional não apenas congela o processo de transformação da política e a redução estrutural das assimetrias políticas nacionais e regionais, como ainda permite que a versão autoritária do neopopulismo marginalize e impeça a retomada da consolidação democrática como núcleo do amadurecimento político na região. Este congelamento do processo democrático e as dificuldades internas se refletem na gênese e na forma dos organismos regionais. A ausência de poder das instituições regionais, criadas para conduzir a integração sul-americana, tem sido o maior obstáculo ao surgimento de uma governança regional.

Na América Latina as instituições democráticas não são funcionais. O poder está concentrado no executivo e inexiste o respeito das regras básicas constitucionais de divisão de poderes e transparência institucional. A diplomacia e a defesa dependem de interesses conjunturais de indivíduos e pequenos grupos e as forças da aristocracia de direita e de esquerda continuam colocando seus objetivos acima do Estado. Nesse ambiente torna-se impossível criar mecanismos regionais -de caráter intergovernamental ou supranacional- estáveis e que cumpram a função de manter a paz, fomentar o crescimento e fortalecer a ação coletiva da região.

Por mais de uma década, as fragilidades do MERCOSUL têm sido identificadas na incapacidade de seus organismos operarem sem o aval direto das presidências nacionais. O corpo de técnicos, cujo trabalho deveria ser a base do processo de integração, teve sempre suas ações definidas pelos interesses conjunturais dos respectivos presidentes do Brasil e da Argentina. Os objetivos estratégicos se dobraram aos altos e baixos das conjunturas nacionais ao ponto que nos últimos quinze anos o potencial agregador e inovador do Mercosul foi substituído por uma visão céptica e seus continuados fracassos tiveram efeito negativo na ação da diplomacia tradicional.

O caso do conflito das papeleiras entre Uruguai e Argentina tipifica bem essa situação. Em 2006 o governo argentino entrou em disputa com o uruguaio acerca da implantação de uma fábrica de papel celulose na fronteira. A alegação básica era que haveria uma grande poluição do rio e conseqüentemente acarretaria prejuízos enormes para a Argentina. O tema era uma prova de fogo para as instituições do MERCOSUL que, juntamente com o Brasil, foram convocados para exercer a conciliação. O que se viu a partir de então foi a inoperância dos mecanismos de resolução de conflitos do

MERCOSUL e a resistência do governo brasileiro em se envolver no conflito. Por fim, a disputa foi levada para a corte de Haia.

Outro caso onde não apenas os países do MERCOSUL, mas os de toda a América do Sul, através da União Sul-Americana, foram chamados a agirem coletivamente, diz respeito ao conflito entre o Presidente boliviano Evo Morales e os governadores das províncias do leste boliviano sobre a nova constituição nacional e a autonomia regional. Em resposta às crescentes tensões, a Presidente chilena Michele Bachellet convocou reunião da UNASUL em Santiago e como sempre o encontro acabou com declarações abstratas e sem soluções práticas. Isso fez com que outras organizações internacionais, União Européia e Organização dos Estados Americanos, fossem chamadas a compartilhar com a UNASUL um papel que caberia prioritariamente a essa organização regional e que lhe oferecia uma oportunidade para provar e justificar sua pomposa existência.

Instituições regionais recentes e com objetivos declaradamente mais ousados que os do MERCOSUL, como a UNASUL, já nasceram vítimas do mesmo mal. Não possuem estrutura, burocracia e poder para agirem de fato nos conflitos da região e em vez de mostrarem capacidade de ação coletiva, são uma vitrine de desacordos e das deficiências e incapacidade da política na região.

A mais recente crise dessa instituição é proveniente da discussão entorno da renovação do acordo de combate ao narcotráfico e guerrilhas, feito entre Estados Unidos e a Colômbia (Plano Colômbia), que já dura uma década e fez uso de mais de US\$ 5 bilhões em treinamento militar e assistência técnica <sup>5</sup>. Em agosto de 2009, o Governo Colombiano encerrou as negociações com os EUA que tratavam da renovação do acordo. Esse consistia numa cooperação militar e em programas de assistência técnica entre os dois países, permitindo a continuidade dos esforços no combate ao tráfico de drogas, a partir da utilização por parte dos americanos de sete bases militares, como também o aumento do contingente militar e civil atuante nessas bases, passando dos atuais 268 militares e 308 civis para até 800 militares e 600 civis norte americanos<sup>6</sup>.

O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, encabeçou o discurso de que o acordo era um ameaça à segurança regional, apresentando em um dos encontros da UNASUL, cópias de um Livro Branco do Comando Aéreo dos EUA, que segundo ele mencionava a utilização de uma dessas bases, a de Palanquero, como um ponto estratégico de mobilidade aérea na América do Sul, uma região importantíssima para os norte-americanos na implementação da estratégia global <sup>7</sup>.

Ficou evidente a falta de consenso e um tom de desunião entre os membros da UNASUL nas reuniões que trataram do tema. Na reunião de cúpula realizada em Quito, esperava-se a presença de Álvaro Uribe para explicar, detalhadamente, a proposta de

---

<sup>5</sup> Estado de S. Paulo, "Plano Colômbia" levou anos para dar resultado, 20/06/2009, disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalle3.asp?ID\\_RESENHA=589567](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=589567) .

<sup>6</sup> Painel OPSA, 10/08 a 17/08 de 2009, **Governo encerra negociação de acordo para cessão de bases militares com os EUA**, disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/arquivos/87.pdf> .

<sup>7</sup> Folha Online, "Chávez apresenta relatório dos EUA como prova contra bases na Colômbia", 28/08/2009, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u616264.shtml> .

utilização das bases militares pelos norte-americanos, o que acabou não acontecendo. Tal omissão abriu espaço para discursos inflamados por parte de Chávez, chegando até a mencionar que na região começavam a soprar ventos de guerra<sup>8</sup>, numa referência a possibilidades de surgimento de conflitos armados. A falta de consenso entre os membros impossibilitou a inclusão do parágrafo que condenava a utilização das bases militares pelos americanos, fazendo com que a declaração final da reunião não fizesse nenhuma menção ao acordo entre EUA e Colômbia.

A reunião extraordinária acontecida em Bariloche, na Argentina, ainda em agosto de 2009, produziu um consenso e se aceitou a presença dos militares norte-americanos. O documento final não condenou a instalação das bases, mas salientou que qualquer país poderia abrigar tropas estrangeiras em seus territórios, desde que elas não comprometessem a soberania, nem a integridade territorial dos países da região<sup>9</sup>. A reunião de ministros das Relações Exteriores e de Defesa, realizada em setembro de 2009 em Quito, procurou estabelecer um acordo geral sobre a cooperação militar de seus 12 sócios com países de fora da região, mas esbarrou na não aceitação de Bogotá ao monitoramento das bases e na sua rejeição em garantir, através de uma declaração por escrito, que elas não serviriam para uma invasão militar norte-americana a outros países. Essa última tentativa acabou por reafirmar a dificuldade da Instituição a coletivamente resolver os problemas pertinentes à segurança<sup>10</sup>.

É verdade que nunca na história da América Latina e do Sul se conseguiu criar espaços institucionais de diálogo e diplomacia comuns como se tem conseguido desde o fim da Guerra Fria e do surgimento do MERCOSUL. Contudo a região não tem tirado todas as vantagens desses espaços multilaterais. As oportunidades têm sido desperdiçadas devido à resistência de uma cultura política arcaica, transições democráticas inacabadas e a insistência em questões passadas que dividem a região e apenas servem aos interesses de neo-caudillos e de velhos estamentos e oligarquias.

\* \* \*

O terceiro problema da governança da segurança regional reside na mudança do sistema global e hemisférico de poder. Aparentemente estamos saindo de um período de ampla hegemonia dos EUA na América Latina, o que possibilita a elaboração de um relacionamento menos assimétrico entre os EUA e os países sul-americanos como também o surgimento de ações de política externa independentes na região e mesmo a criação e consolidação de instrumentos coletivos de ação política e diplomática.

---

<sup>8</sup> Correio Braziliense, “**Tom de desencontro**”

,11/08/2009, disponível em:

[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=607631](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=607631).

<sup>9</sup> Painel OPSA, 24/08 a 31/08 de 2009, Unasul aceita bases dos EUA na Colômbia, com condições.

<sup>10</sup> O Estado de S. Paulo, “**Cúpula da Unasul fracassa em Quito e amplia isolamento da Colômbia**” in 16/09/2009, disponível em:

[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=619490](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=619490)

O interesse estratégico dos EUA na região foi reduzido por três fatores: a falência da ameaça comunista, a emergência da Europa, China e Índia como atores importantes e o terrorismo (Dominguez, 2009:41). O governo Obama elabora uma nova política norte-americana de segurança para região adaptada aos novos condicionantes e a um novo contexto. No momento, suas características principais são: assumir postura que garanta a presença militar dos EUA na região via plano Colômbia e adotar posição em prol da democracia e democratização, reduzindo a possibilidade de ser considerado bode expiatório dos problemas da região. A não interferência dos EUA na revogação do artigo da resolução de 1962, que excluiu Cuba da OEA, serve como evidência da nova política.

O primeiro grande ganho da política de Obama foi revelar a dubiedade do discurso dos líderes da região, que hora solicitam e cobram a ingerência do governo Obama, por exemplo, contra o golpe em Honduras e restauração do presidente deposto, hora repudiam a atuação norte-americana na região quando esse procura celebrar novo acordo militar com a Colômbia.

Essa transição tem profundas implicações nas relações de poder sul-americanas. Uma vez percebida a redução da presença dos EUA, as ambições dos países da região passam a vir à tona. Dois caminhos se colocam perante esses países no momento atual. Um olha para o passado e ameaça trazer de volta velhos conflitos e problemas. Outro traz uma dose de esperança e remete para a construção de uma região economicamente madura, democrática e republicana. Essa mudança pode conduzir para uma nova ordem regional coordenada por novos atores além dos Estados Unidos ou jogar a América do Sul em uma crise tão grave quanto a da época da formação dos estados nacionais no século XIX.

Muito disso depende da criação do senso de liderança do Governo Brasileiro em saber potencializar seu potencial diplomático e de *soft power* combinando-os com ações coletivas inequívocas para contornar e resolver tanto a fragilidade democrática quanto os problemas de segurança na região. O caso da participação do Brasil na missão de Paz da ONU no Haiti demonstra a existência de capacidade para isso (Ramalho, 2009). As tentações neopopulistas ou neo-imperialistas em política externa que seduzem parte do estamento dominante brasileiro e nossas elites tem pernas curtas; elas podem ser úteis para ganhar uma eleição, mas poderão impor à nação um custo político insustentável em médio prazo.

Frente à mudança de forças no nível regional e a incapacidade de resolução coletiva dos problemas de segurança, os conflitos poderão nos conduzir na direção de uma crise onde as rivalidades domésticas dominarão as questões de segurança e defesa regionais, de forma que os embates entre as nações levem a região na direção do caos, da guerra e do autoritarismo ou mesmo de uma acirrada disputa entre os interesses dos países do cone sul e os interesses dos países do bloco bolivariano.

Caso se venha consolidar uma nova e relativamente estável ordem de segurança regional, ela dependerá da capacidade de o Brasil ocupar adequadamente o vácuo de poder deixado pelos EUA e de ter sucesso com um projeto de integração sul-americana que atenda aos anseios da região. Seja qual for essa nova ordem sua durabilidade dependerá do fortalecimento de organismos multilaterais regionais que possam

aprofundar a cooperação entre as várias instituições nacionais e buscar soluções coletivas para os problemas da segurança na América Latina.

### **Referências:**

HARRISON, Lawrence E. Introdução: Por que a cultura é importante. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P.; (Orgs.) **A cultura Importa: Os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro : Record, 2002. p. 17-26.

DEUTSCH, K et alli (1957) Political Community in the North Atlantic Area. Princeton Univ. Press: Princenton.

DOMINGUEZ, Roberto. A Governança de Segurança na Relação EUA–América Latina. In: GUEDES DE OLIVEIRA, Marcos Aurelio. (Org.) **Segurança e Governança nas Américas**. , 2009. p. 41-56.

RAMALHO, Jorge. Missões de Paz em Estados Frágeis: Elementos para refletir sobre a presença do Brasil no Haiti. In: Mattar Nasser, Reginaldo. (Org.) **Os Conflitos Internacionais em Múltiplas Dimensões**., Ed. Unesp, 2009. P.203-212.